

Empresariamento e Militarização da educação: crítica, resistência e defesa.

Movimento estudantil, educação e democracia sob a mira da doutrina de segurança nacional: uma análise dos arquivos paranaenses do SNI (1964 - 1985)

Barbara Gonçalves da Silva

Resumo: A partir das evidências apresentadas nas pesquisas preliminares acerca do período de 1964 até 1985 permitiu-se a elaboração desta proposta que tem como objetivo identificar a função social da doutrina de segurança nacional contida nos arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI), propondo uma análise a respeito do estigma da violência, sobre o qual se constrói um “inimigo invisível”, que, ancorada na Ditadura Militar brasileira, torna evidente a necessidade de abordar a educação como ferramenta indispensável no exercício pleno da cidadania e da democracia, logo, uma análise dos documentos do movimento estudantil nos fazem refletir: em nossa atual conjuntura, a educação de fato exerce o papel de consolidar a construção democrática de aprendizado, cidadania e de garantia de direitos, ou seria apenas um reflexo consequente de um campo de repressão e retrocesso? Os documentos aqui analisados nos fazem compreender, portanto, que é através da educação reflexiva que se constrói cidadania.

Palavras-chave: Educação; Ditadura Militar; Movimento Estudantil; Cidadania; SNI.

Abstract: Based on the evidence presented in the preliminary research about the period from 1964 to 1985, it allowed the elaboration of this proposal, which aims to identify the social function of the national security doctrine contained in the files of the SNI (National Information Service), proposing an analysis regarding of the stigma of violence, on which an “invisible enemy” is built, which, anchored in the Brazilian Military Dictatorship, makes evident the need to approach education as an indispensable tool in the full exercise of citizenship and democracy, therefore, an analysis of the documents of the student movement make us reflect: in our current situation, does education actually play the role of consolidating the democratic construction of learning, citizenship and the guarantee of rights, or would it just be a consequent reflection of a field of repression and setbacks? The documents analyzed here make us understand, therefore, that it is through reflective education that citizenship is built.

Keywords: Education; Military Dictatorship; Student Movement; Citizenship; SNI.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está pautada nos dados que foram obtidos através dos documentos oficiais do Serviço Nacional de Informação (SNI) disponíveis através do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas e seu Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

A partir das pesquisas preliminares, foi percebida a repetida ideia de um padrão que se estabelece ao tratarmos de violência e segurança, se fazendo necessário resgatar os autores que contribuem para o entendimento e percepção desses fenômenos; o estigma tem sido um dos guias para a compreensão do que se tem a respeito desses padrões, dos quais, é possível destacar a abordagem de Goffman (1980) que tratou o tema como sendo uma coleção de impotencialidades atribuídas a um dado indivíduo ou grupo social.

Essas características embutidas no ideário coletivo permitem que o indivíduo seja antecipadamente categorizado a uma dada simbologia, seja esta de um potencial perigoso ou não. Dessa forma, Goffman (1980) coloca a ideia de pertencimento e identidade como eixo fundamental para compreensão desses espaços de atuação de um determinado indivíduo. Sendo assim, caminhamos para o questionamento acerca da educação e dos espaços de aprendizagem, reflexão e saber, como ferramentas decisivas para o processo identitário, de pertencimento e de formação cidadã.

Considero ainda a perspectiva de Simmel (2006) que aponta para uma análise que ultrapassa os campos da macrossociologia e nos oferece um olhar ainda mais aproximado dos aspectos individuais. Simmel (2006) trata a perspectiva social de um ponto que abrange não somente o coletivo, como também os impactos da vida cotidiana e individual, ou seja, a microssociologia, tal qual nos permite focar ainda mais nos fenômenos que inferem as relações de simbologia presentes na sociedade para posteriormente olhar o conjunto geral dessas interações.

Logo, quando observamos um cenário cotidiano, existe um claro conflito entre sociedade e indivíduo. A título de exemplo, os movimentos estudantis durante a ditadura militar.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

2. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

Doutrina de segurança nacional:

A doutrina de segurança nacional é fundamental para a compreensão da ditadura militar (1964-1985) que condensa o princípio histórico-social da política no Brasil e que, conseqüentemente, enraíza as inclinações potenciais da atual conjuntura. No intuito de identificar a nascente da doutrina de segurança nacional, juntamente com as análises documentais propostas nos Arquivos do SNI, é necessário compreendermos como o discurso social é capaz de modular um dado conjunto de informações objetivando-o assim, da maneira preferida.

discursos são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo [...]. A fala é [...] rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 1998, p. 11).

Portanto, assim como explicitado por Fiorin (1998), é parte importante categorizar os elementos envoltos no discurso, não apenas como atores coletivos, mas também como indivíduos dotados de um conjunto simbólico com o propósito de pontuar suas próprias reflexões acerca da realidade.

A doutrina de segurança nacional pode ainda se estender para além do cotidiano social, isso porque é capaz de abarcar espaços dinâmicos de mutação, ou seja, está suscetível a um complexo processo de dinâmica que se estabelecem frente à produção da vida material ou aspectos do relacionamento humano através da predisposição de classes e interesses dos sujeitos em ação.

As Associações de Bairro de Curitiba estão sendo manipuladas por elementos esquerdistas que estão usando os seus integrantes para suas manifestações públicas de contestação ao Governo e ao regime. (ACT_ACE_281_79, 1979, p. 7)

Analisando, portanto, a função social da doutrina de segurança nacional que, uma vez definida, permite com maior clareza o entendimento de como a atuação de cada indivíduo no coletivo do cotidiano social é capaz de inferir resultados que se estendem durante gerações, podemos notar como o Estado coercitivo está diretamente relacionado ao controle das intenções individuais.

Neste ponto, é como correlacionar ou presumir que as ações individuais, bem como as noções de necessidade estão fortemente vinculadas ao discurso que o Estado dissemina; pela ótica apontada através dos documentos apresentados anteriormente através de produções investigativas do SNI, é possível perceber que intrinsecamente o Governo cria inimigos que supostamente só podem ser combatido pela força do Estado.

A delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente? (FOUCAULT, 1986, p. 224)

No entanto, com o desenvolvimento e fortalecimento do poder militar e ditatorial, as tomadas de consciência das classes que se viam desassistidas por este governo se tornam um problema ao sistema de segurança nacional. A articulação das massas para exigências políticas se tornaram alvo do sistema repressivo, de maneira que, o Serviço de Informação Nacional passa a trabalhar para identificar, mapear e registrar esses movimentos. Para isso o aparato da doutrina de segurança contou com a emissão de pareceres militares dos órgãos responsáveis e de agentes infiltrados para tecer a emissão de atestados ideológicos, bem como o “diagnóstico” de subversão, que posteriormente seriam importantes para suscitar as providências governamentais.

Na atuação cotidiana dos agentes do SNI a problemática não se consolidou de forma diferente. A retomada das fundamentações de seus discursos a partir de pressupostos analíticos pautados na busca da garantia de uma segurança nacional (de cunho anticomunista). (NEVES. 2021, p. 40)

A sensação de que a segurança provém do Estado cria, portanto, esse campo de ideias comum que são reproduzidas entre os indivíduos em seus diversos

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

cenários sem o processo reflexivo. O aparato da segurança Nacional, utiliza-se exatamente desse pressuposto para regular o acesso à informação, isso porque é justamente com a disseminação de conhecimento e o devido espaço deliberativo que o processo de reflexão e de indagação genuína das múltiplas articulações de dominação governamental se tornam expressivamente incômodas.

Ditadura militar e conservadorismo no Brasil:

A Ditadura no Brasil se caracteriza como o período histórico marcado pela dominação política/social dos Militares no poder. Abrangeu os anos de 1964 a 1985 com uma série de sucessões de militares na presidência e em outras instâncias governamentais, das quais nenhuma delas foram obtidas a partir do consenso ou sequer da participação pública.

Muito distante de uma revolução, contudo, o golpe que se concretizou em abril de 1964 tinha por objetivo principal o recrudescimento das instituições públicas e privadas em prol da manutenção da ordem, processo que Florestan Fernandes (2008) classificou como “contrarrevolução” – ao passo em que ambicionava o estabelecimento de transformações específicas nos aparelhos de Estado que viabilizassem o combate ativo de proposições político-ideológicas que ameaçavam a reprodução de uma dominação de classes vigente. (NEVES, 2021, p. 27)

No entanto, para a manutenção dessa dominação, nos anos iniciais, de 1964 a 1968, a ditadura se caracterizou, segundo Napolitano (2014), pelo que ficou conhecido como “ditabranda”, ou seja, um contexto não marcado pela dureza e rigidez militar, ao contrário disso, o período que precedeu a AI-5 foi justamente um momento de ganhar as massas, principalmente a classe média, que apesar de não pertencerem às classes dominantes e às elites vigentes, contribuíram e deram respaldo para a legitimação do que posteriormente seria o uso da força militar para a manutenção da doutrina de segurança nacional.

Os ideólogos e dignatários mais consequentes do governo militar sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimara o golpe “em nome da democracia” (NAPOLITANO, 2014, p. 5)

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Neste período não houve nítida repressão ou censura, havia certa liberdade de expressão e manifestação, curioso e contraditório fato desta fase do poder militar é que as artes esquerdistas e seus movimentos críticos experimentaram seu auge. No entanto, ainda que não nitidamente coercitivo, o golpe de 1964 ainda mantinha o exercício de seus principais objetivos;

Os ideólogos e dignatários mais consequentes do governo militar sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimara o golpe “em nome da democracia”. Mas também não podia permitir dissensos e críticas diretas à “Revolução de 64”, sob pena de perder o apoio dos quartéis. Até que uma nova ameaça pudesse servir de justificativa ao endurecimento da repressão, o governo militar tinha que equilibrar o frágil consenso golpista e a unidade militar, além de acalmar os cidadãos que não aderiram ao golpe, permitindo-lhes certa liberdade de expressão. O fato é que esta política de equilíbrio, mantida nos primeiros anos do regime, não ameaçava os objetivos fundamentais da revolução: acabar com a elite reformista de esquerda e centro-esquerda, dissolver os movimentos sociais organizados e reorganizar a política de Estado na direção de uma nova etapa de acumulação de capital. (NAPOLITANO, 2014, p. 5)

Segundo Napolitano (2014), posteriormente ao AI-5 (Ato Institucional) que determinou plenitude de poder ao executivo, bem como a limitação das manifestações políticas populares e o fim do habeas corpus para presos políticos, o período ditatorial brasileiro destacou seus entrelaces com valores conservadores, majoritariamente padronizados pelas instituições religiosas e o patriotismo exacerbado. Podemos associar a este período também o uso da coerção como instrumento regulatório para a manutenção do poder; dentre eles estão a censura, os atestados ideológicos, o controle das instituições, entre outras atividades ligadas a fiscalização e regulação das liberdades civis e a autonomia dos órgãos governamentais como expresso neste trecho de um dos documentos do processo interno do SNI.

A exemplo dos períodos anteriores, os intercâmbios culturais, políticos e econômicos, firmados entre os Estados do PARANÁ e SANTA CATARINA com países de ideologia comunistas e outras ideologias extremistas, estão se realizando com grande amplitude. Os fatores que mais contribuem para esta questão, são os seguintes:

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

- predisposição de algumas universidades paranaenses em firmar convênios culturais, principalmente através de funcionários ocupantes de cargos influentes e que estão classificados ideologicamente como de esquerda;
- alianças econômicas e culturais firmadas entre governos de ideologia comunista com os Governos Estaduais do PARANÁ e SANTA CATARINA, principalmente através da influência de elementos infiltrados no poder executivo;
- afinidades políticas entre alguns partidos políticos de esquerda e de organizações subversivas, atuantes na área, com países de cunho socialista, os quais se propõem a receber brasileiros como alunos, em cursos que possibilitem a divulgação das suas causas e lhes ensinem técnicas de combate a ordem estabelecida nos vários segmentos sociais brasileiros. (ACT_ACE_8583_90, 1990, p. 3)

Para o exercício livre deste controle e também do uso da força, é característico deste período a associação do Capital diretamente com a Doutrina de Segurança Nacional, na qual a elite é defendida sobre todas as coisas em detrimento de uma falsa ameaça dos modelos Comunistas, criando-se assim, um mecanismo de insegurança que seria suprida pelas forças militares nacionais. A ideia é um ciclo vicioso de dependência pautado na desinformação e no controle da disseminação de conhecimento para a população em geral.

Da sua alocução destaca-se "venho a esta tribuna com satisfação, porque o desespero de alguns, sempre tem demonstrado claramente a perda de uma causa, a perda de uma batalha. São cartas anônimas que se remetem, são congressos esquisitos que se fazem e são atentados a órgãos de imprensa que procuram, dentro de sua linha editorial, levantar problemas, debater questões, propor alternativas e defender pontos de vista. Ainda agora, a Imprensa do PARANÁ e do BRASIL, retratou ações de desespero, de facínoras da extrema direita, auto denominados de "Comando de Caça aos Comunistas", de auto denominados de "Ala 233", a tentar intimidar, com ações de terrorismo, a integridade física, a integridade empresarial, daqueles que procuram levantar ou debater problemas no crepúsculo desta noite negra porque passamos, mas mostrando claramente, que dentro de breves dias, a luz redentora da Democracia há de voltar a este País." (ACT_ACE_1536_81, 1978, p. 2)

É justamente neste contexto que se forma, portanto, a Doutrina de Segurança Nacional, a perseguição aos grupos de enfrentamento e às ações antidemocráticas, ditatoriais e violentas do Governo Militar. Sendo assim, é possível elucidar o contexto vigente no período de maior ascensão da ditadura militar, a qual vamos tratar especificamente do prisma conservador que exerceu na consolidação da estruturação e atuação do Serviço Nacional de Informação.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Construção e atuação do SNI:

Nesta perspectiva podemos abarcar o processo que consolidou o SNI e seu formato de atuação complacente. Na Ditadura Militar brasileira o Serviço Nacional de Informações foi adequado justamente para defesa dos interesses do Estado, delineando as ações político/sociais dos diversos campos de atuação governamental, ou seja, esferas públicas e privadas, na âmbito macro de suas relações e também no micro, ou seja, abordando a sociedade desde suas instituições até os seus indivíduos.

As necessidades governamentais precederam então os esboços do que seria a criação e a atuação de um modelo de agência de inteligência no Brasil, o que posteriormente veio a se tornar o Serviço Nacional de Informação (SNI).

Conforme indicou-se no capítulo anterior, a concepção brasileira de segurança nacional foi histórica e politicamente formulada e reformulada nas fileiras da alta hierarquia militar durante as décadas do século XX – período em que a eclosão de guerras a nível mundial e o acelerado desenvolvimento tecnológico traçavam novas diretrizes e horizontes para o planejamento estratégico da guerra. Conjuntamente com os princípios de segurança nacional, desenvolveu-se no Brasil os modelos de serviço de inteligência que melhor estariam adequados à realidade nacional – de forma intrigante, com a ascensão da ditadura militar em 1964, tanto a concepção de segurança nacional quanto o órgão de inteligência mais adequado a garanti-la foram delineados pelo general Golbery do Couto e Silva. (NEVES, 2021, p. 69)

O SNI foi estabelecido com o intuito de preservar os interesses governamentais sob comando presidencial, que no contexto, um militar; o golpe de 1964 sucedeu uma longa linha de militares no poder aos quais se reportava o serviço. Segundo Carvalho (2005), era característico dessa subordinação a plenitude de dominação exercida por uma única instância de poder, sendo assim, o SNI livre de prestar conta de suas demandas para outras esferas como o judiciário e o executivo, diferentemente de outras agências internacionais já consolidadas, como a CIA americana (Central Intelligence of America) e a KGB soviética (Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti); nas palavras do autor:

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

O sistema brasileiro de informações possui um somatório de características que nenhum outro possui, tais como o status de ministro de Estado para seu chefe, monopólio do ensino de informação, coordenação de todo o sistema de inteligência, independência, presença de agentes em todos os órgãos públicos, nenhum controle por parte do Legislativo ou do Executivo. Nem mesmo a KGB soviética possui tal soma de poderes, pois presta contas ao partido. Em sistemas democráticos, naturalmente, há muitos controles. Nos Estados Unidos, existem desde 1977 na Câmara e no Senado, Select Committees (Comissões Especiais) que supervisionam as atividades de inteligência (CARVALHO, 2005, p. 147).

Foi desta forma que o aparato ditatorial ganhou força no Brasil no período de 1964 a 1985, com controle das informações em diversos níveis em todas as camadas sociais. O SNI foi responsável por averiguar diversas ações cotidianas, processos burocráticos, tomadas de decisões, eventos populares, gestão público e privada e no mais minucioso de seus artefatos, fiscalizar indivíduos que representassem possível ameaça à manutenção do poder militar. Eram considerados perfis com potencial subversivo todo aquele com capacidade eminente de disseminar informações contundentes contra o Governo Militar Ditatorial.

Os países de ideologia comunista procuram enviar à área pessoas de alto nível cultural, visando realizar propaganda positiva, principalmente dos níveis educacional e social, colocando, conseqüentemente, as instituições brasileiras em uma posição de inferioridade. Os brasileiros que seguem para esses países normalmente participam de cursos de cunho ideológico. Quando retornam, realizam também propaganda do país visitado. (ACT_ ACE_8583_90, 1990, p. 9)

Particularmente, iremos nos ater a um deles em especial; a relação regulatória do SNI em relação aos Movimentos Estudantis e de que forma esses movimento apresentavam ameaça a esses aparatos de controle coercitivos.

A autonomia advinda do processo reflexivo, resultado de um apanhado de informações trazidas da realidade cotidiana, fez com que a doutrina de segurança nacional fosse enfraquecida, uma vez que, como elucidado anteriormente, se fundamenta e se ampara na desinformação e na sustentação de fatores ameaçadores que não condizem com a realidade. Logo, os movimentos estudantis se tornam alvo constante das repressões coercitivas, ou seja, arbitrárias e punitivas, do sistema ditatorial da doutrina de segurança.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

3. EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Movimento Estudantil nas páginas do SNI:

Os movimentos sociais são caracterizados pela união de similaridades de interesses nas lutas sociais por garantias de direitos. O movimento estudantil basicamente une os interesses dos estudantes frente às lutas pela garantia de uma educação de qualidade, acesso, deliberação nos processos institucionais entre outras diretrizes.

Segundo Müller (2014), o movimento estudantil, ainda que com organização subversiva, em análise do aparato da doutrina de segurança, pôde se manter de forma clandestina nos primeiros anos do período ditatorial; Como elucidado anteriormente, os anos de 1964 a 1968 foram marcados por uma maior liberdade dos movimentos que unificaram as massas populistas como forma estratégica de manutenção do sistema ditatorial.

Forte repressão obstruiu parte das articulações do movimento estudantil, no período de 1964 a 1985 ao qual se instituiu a ditadura militar brasileira, os movimentos estudantis se apropriaram ainda sobre a necessidade de liberdade e acesso ao ensino no que tange principalmente às censuras e ao controle dos acessos deliberativos.

2. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA -FUEL. Obs: O Diretório Central de Estudantes está sob intervenção desde 28 NOV 78. Grupo "POEIRA" (PC do B) Domínio: DCE/FUEL

Diretoria: Chapa "Poeira" gestão: 1977/78

Órgão de divulgação: Jornal "Levanta Sacode a Poeira Dá Volta Por Cima" - "Poaira".

a. O Grupo "Poeira", até a intervenção da Reitoria no DCE, concentrava todas as ações do ME de LONDRINA/PR nas gestões da chapa Poeira, integrada por elementos de tendência esquerdista e comprometidos com o programa da luta do PCdoB. Recebeu apoio de parlamentares do MDB (Grupo autêntico) em suas manifestações, que em troca foram apoiados nas eleições de NOV/78 pelo DCE/FUEL.

b. Como plataforma política para a gestão 1978/79 a Chapa Poeira (do Grupo Poeira) tinha elaborado o seguinte programa de ação:

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

- 1) Pelo autêntico exercício da união, da solidariedade e da crítica dentro da universidade, pelo verdadeiro "espírito universitário";
 - 2) Contra a carestia, pelo ensino público e gratuito para todos por mais verbas para a Educação;
 - 3) Por um ensino comprometido com a realidade brasileira e a serviço da maioria da população, por melhores condições de ensino, contra os currículos alienados;
 - 4) Pelas liberdades democráticas:
 - contra os regimentos da FUEL e todas as leis de exceção que cerceiam a nossa participação.
 - Pela liberdade da organização dos estudantes em todos os níveis. Por um DCE LIVRE e independente da reitoria, comprometido exclusivamente com os estudantes. Pela reabertura da UNE.
 - Contra o regime de exceção vigente no país.
 - Pelo debate amplo da Constituinte e da Anistia.
- (ACT_ ACE_003_78, 1978, p. 3 e 4)

É possível perceber através das análises dos documentos produzidos pelo SNI a forte tentativa de fiscalização e até mesmo o impedimento da articulação desses grupos, ou seja, o enfraquecimento das ações que promovem reflexão e tomadas de decisão são extremamente silenciadas pelo sistema repressivo.

Desta forma, analisando novamente as eleições 1978/79 para chapas estudantis, a investigação do caso da FUEL demonstrou especial preocupação com o grupo "Poeira". De acordo com o relatório "Grupos e tendências ideológicas do Movimento Estudantil" o Poeira centrou as atividades do ME Londrina/PR em elementos político-ideológicos de esquerda, que integravam a pauta de luta do PCdoB – atitude que culminou na intervenção da Reitoria para extinção do DCE/FUEL, fato ocorrido em 28 de novembro de 1978. (NEVES, 2019, p. 49)

O documento aborda pautas não somente do coletivo estudantil mas também do coletivo social; é de interesse da classe estudantil estar alinhado com a sociedade em âmbito geral pois é dela que advém o respaldo que possibilita ao aparato ditatorial poder pleno e legítimo do uso da força, uma vez que é no discurso popular dos agentes civis que se incrusta a ameaça forjada pelos interesses da elite. Como podemos verificar nos registros de uma ação promovida por estudantes em defesa de direitos humanos:

A realização da I Semana de Debates, em LONDRINA, no período 23-29/OUT/78 com o tema central "As duas faces do progresso", nas dependências do Colégio Marista, durante o qual foram efetuadas diversas críticas ao Governo e ao regime. Colaboraram para a realização do evento o DCE/FUEL, o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos e a cooperativa dos Jornalistas de Londrina. (ACT_ ACE_475_80, 1980, p. 3)

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Se faz necessário, portanto, que os movimentos sociais, estudantis nesse sentido, se preocupem em instrumentalizar as lutas e demandas que se elucidam dentro dos processos acadêmicos para que elas se tornem interesse também em outros cenários do cotidiano civil; sendo assim, a força provocada pela tomada de consciência de diversos grupos que contemplam uma mesma linha de interesses pode e tende a ser maior do que a força elitista que, apesar do aparato de controle predominante, ainda é suscetível a conflagração.

No entanto, as lutas que se seguem advindas da subversão se tornam constantemente alvo da opressão coercitiva, ainda no documento gerado pelo SNI a respeito do movimento estudantil pelos direitos humanos e de anistia é possível notar como o aparato da doutrina de segurança nacional atua intimamente ligada a perseguição de opositores da arbitrariedade:

[...] Em virtude das ligações dos nominados com organizações onde atuam elementos esquerdistas esta Agência está acompanhando a atuação dos mesmos.

6. O referenciado continua sendo alvo de pesquisa por parte desta ACT, assim que forem obtidos novos dados, voltará a informar.
(ACT_ ACE_475_80, 1980, p. 3)

Logo, quando nos referimos aos movimentos estudantis de 1964 a 1985, correspondentes ao período ditatorial brasileiro, podemos afirmar que as demandas pelas quais esses grupos lutaram os estigmatizaram de forma a se considerar uma passividade punitiva na ótica do aparato da doutrina de segurança nacional.

A resistência do movimento estudantil na busca de uma educação justa, reflexiva e que de fato pudesse ser transformadora foi o que resultou no processo de democratização do Brasil. A ameaça aos direitos humanos, a liberdade, ao exercício pleno de cidadania, ao desenvolvimento humano, entre outras estruturas que foram rompidas e negligenciadas pelo exorbitante fato de legitimar o interesse de um grupo em detrimento de outro. Foi, e continuará sendo, papel fundamental das estruturas da educação garantir possibilidades de superação das mazelas forjadas na estrutura de dominação arbitrária, uma vez que, é através do

conhecimento que se alcança a possibilidade de deliberação, de debate, de enfrentamento e de transformação.

Educação e cidadania:

Podemos compreender a Educação como ferramenta para o desenvolvimento de práticas que levam o indivíduo a sentir-se pertencente e conseqüentemente atuante naquele determinado cenário; é justamente essa potencialidade de intervenção social que a educação carrega que faz com que ela se torne uma ameaça aos mecanismos do sistema repressivo, que se pauta sobretudo na desinformação, no controle e na inviabilização da disseminação do conhecimento.

Em um discurso para a Semana de Ciências Sociais de outubro de 1978, registrado por um agente infiltrado do sistema repressivo e relatado em documento ao SNI, uma professora convidada a compor a banca de palestrantes fez o seguinte discurso a respeito do papel do sociólogo atrelado à educação:

Tema: "O Sociólogo e a tarefa do seu tempo". A nominada falando dobra o sociólogo e a tarefa do seu tempo entre outras coisas disse que "O nível dos cursos em geral estão cada vez piores a que estes formam professores cada vez piores, que para o sociólogo há um quadro difícil onde tudo é feito para a não afirmação do Sociólogo, já que a longo prazo seus estudos podem influenciar as esferas políticas. No Brasil o subemprego, favelas, mendicâncias é constante. É preciso criar o curso de Ciências Sociais a nível de bacharelado, mas que ao governo não interessa o reconhecimento da profissão de Sociólogo, porque o mastiga. Que nos seus programas junto a COHAB/Londrina faz uma mobilização comunitária, participação da classe social, com os objetivos de identificar, mobilizar e formar novos grupos. O povo é marcado por falsos líderes paternalistas. Disse que foi buscar as lideranças para que elas tomassem frente e que assim é feito um trabalho de conscientização nos conjuntos, para levar o povo no caminho da liberdade, desenvolvimento e amor. (ACT_ ACE_1314_81, 1978, p. 4)

Uma geração que não possui acesso aos processos governamentais aos quais estão submetidos, submissa se torna. O afastamento ou o impedimento do acesso popular às instituições de forma democrática foi o basilar para o fortalecimento do sistema repressivo. Os movimentos estudantis da juventude dos anos 1960, 1970 e 1980 foram capazes de fomentar a participação cidadã em um

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

contexto no qual essa intervenção social era desafiadora. Foram justamente essas ações que consolidaram o que se tem atualmente dentro das estruturas do movimento.

Democratização no ensino como prática cidadã:

Ao pensar as juventudes como protagonistas do campo social/ institucional de aprendizagem, visamos a prática do saber como uma construção dinâmica e mutável ao longo dos anos; na medida em que a instituição oferece um ensino cada vez mais focado na formação do indivíduo apto para o exercício da cidadania plena se torna mais visível a compreensão de que o espaço de aprendizado não se relaciona com as práticas de arbitrariedade ou de hegemonias, uma vez que, é necessário se criar a oportunidade e a liberdade de um espaço de análises críticas que perpassam as estereotipadas formações militares das décadas de 1960, 1970 e 1980, que corresponderam a anos ditatoriais.

Assim como supõe Marcuse (1973), a mecânica forma com a qual se ostenta as ideologias autocráticas a respeito das manifestações individuais são capazes de corromper as práticas lineares da racionalização. Sendo assim:

[...] um sistema de dominação, que se fundamentaria em ideologias que utilizavam da racionalidade institucional e tecnológica para a completa dominação, marcada por elementos de mecanização, negação da manifestação individual, com intuito de desenvolver uma sociedade planejada racionalmente em todos seus pormenores. (ALMADA, 2015, p. 133)

Ao olharmos ainda do prisma crítico social, me amparo nas indagações de Mannheim (1969) a respeito do “ópio social”, ou seja, um potencial de reprodução normativa adormecido na busca constante por identidade e pertencimento, no qual, a deriva deste processo, todo e qualquer desvio é captado de forma violenta e arbitrária por uma sociedade que se fecha às normas coercitivas.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

De forma pragmática, seria como dizer que a sociedade, no geral, assim como aponta Mannheim, está sempre por esperar que a juventude a sirva de alguma forma. A ciência, a produção do conhecimento, a educação voltada aos jovens devem se valer do retorno que eles potencialmente darão às normativas de coesão social. Nada mais se espera se não a concordância da manutenção do poder hegemônico.

No entanto, recentemente, se aborda com muita ênfase uma educação reflexiva, com capacidade de formar¹ indivíduos críticos e pensantes sobre sua atuação no coletivo, capazes de inferir mudanças significativas na realidade social através da consciência plena de seus direitos e deveres.

[...] uma situação insustentável, em que forças monopolistas ainda conseguem impor disciplina e hierarquia ao povo fardado e sem uniforme, mas que já não conseguem enganar com suas doutrinas a esse povo desarmado, dominado e explorado. (ACT_ACE_520_80, 1980, p. 3 e 4)

Ainda que pensemos que a atual conjuntura não nos favorece, com os constantes ataques à educação, o Ensino tem se tornado cada vez mais autônomo, no sentido de construir de forma livre a sua capacidade de formação. Mesmo com os entraves da burocracia moderna, os ataques de cunho político, aos quais não iremos nos ater neste momento; ainda que com tantas adversidades, é a Educação quem tem cumprido o papel propulsor para a juventude frente às mazelas sociais as quais são submetidas rigorosamente.

Os problemas sócio-econômicos de algumas regiões do BRASIL vêm, há algum tempo, propiciando o surgimento de áreas de tensão que, quando exploradas, com habilidades, pelos subversivos e/ou políticos comprometidos causam não só apreciáveis desgastes do Governo, como até podem proporcionar o aparecimento de uma guerrilha. (ACT_ACE_1545_81, 1978, p. 3)

¹ Resolução CNE nº 02/2012 [http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/res_ceb_2_30012012.pdf]

É inteligível, portanto, que, assim como evidenciado através dos arquivos documentais do SNI a respeito dos movimentos estudantis, a preocupação do Estado na manutenção do ensino como ferramenta eficaz de inferência e mutação social, ao qual se perpetua até a conjuntura atual, uma vez que, a maior dificuldade em se propiciar educação de qualidade e de forma acessível e democrática a todos os grupos sociais está justamente no poder propiciador de transformações que a tomada de consciência advinda dos processos formativos/ reflexivos são capazes de gerar. Logo as aspirações para o futuro não se distanciam muito das memórias históricas até aqui trazidas, uma vez que mesmo após décadas de democracia ainda não se há plenitude dela no exercício dos direitos e dos acessos.

Sem muitas acentuações, a sanção é rigorosa, implacável e fatal. Das teorias que embasam esta análise, compete dizer que, infelizmente, as normativas que regem a doutrina nacional de segurança apenas estão voltadas às classes estigmatizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Compreendeu-se a respeito da doutrina de segurança nacional um estopim para o que veio a ser a atuação do SNI, sendo assim, delineada pelos valores arraigados no conservadorismo e as ações marcadas pelo anticomunismo. A ditadura no Brasil, embora tenha sido inicialmente rodeada de falsas alusões revolucionárias, se estabeleceu em 1964 a partir de um golpe militar. A tomada de poder antidemocrática implicou diretamente na forma como diversas instâncias governamentais atuavam no país. Esta primeira fase, ainda que de forma menos coercitiva, foi traçada em cima da limitação de direitos, liberdades individuais e institucionais, que mais tarde viriam a ser fortemente repreendidas já com implementação e atuação propriamente dita dos serviços de inteligência.

Ao SNI, destaca-se a sua formação e atuação em detrimento da manutenção da dominação ditatorial vigente, marcado pelo uso exacerbado da coerção e da

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

força como ferramenta coercitiva. Ao nos debruçarmos especificamente sobre o Movimento Estudantil, objeto central desta pesquisa, e colocá-lo em contraste com a arbitrariedade com a qual se suscita seu trato pelo Serviço Nacional de Informação sob o prisma da doutrina de segurança nacional, foi permitido elucidar a tamanha necessidade de destacar os esforços das instituições educacionais em se manter independentes, uma vez que, durante o processo ditatorial, a autonomia, principalmente das universidades culminaram na estreita possibilidade de manifestar-se em prol dos direitos civis, humanos e de liberdade.

Pode-se destacar ainda a relevante função do movimento social dos estudantes universitários, principalmente da FUEL (Fundação Universidade Estadual de Londrina) na luta por demandas de cunho social da comunidade em âmbitos gerais. Nesse sentido, pensar ME é também se ater ao fato de que dele provém os processos reflexivos instrumentalizados de forma a suscitar o levante das comunidades e das classes sociais dominadas, que através do acesso ao conhecimento, a educação e aos meios de intervenção social se tornam fortemente competentes e hábeis para atuar nos processos de transformação social.

Por fim, não menos oportuno, a importante função do processo democrático e, ainda de democratização, no ensino para se obter gerações capazes de gerar transformação e superação dos entraves impostos pela hegemonia, pela estigmatização, pelos interesses arbitrários das elites dominantes e tantas outras mazelas que assolam uma sociedade desinformada, sem acesso à educação e a liberdade genuína de produzir conhecimento.

Ao suscitar, portanto, as reflexões até aqui explicitadas, é factível o estabelecimento de correlação intrínseca entre os interesses do aparato Estatal/ Governamental em delimitar e ou/ sancionar acessos ao processo educacional, crítico e reflexivo, uma vez que é através dele que se propicia as maiores lutas e transformações sociais. Este processo teve, por fim, como resultado desvelar a força iminente que carrega a Educação em sua função mais bruta; transformar. Foi necessário uma geração com capacidades subversivas para se alcançar uma geração com capacidades transformadoras!

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Pablo. *Dialética, utopia e alternativas: o movimento estudantil e os “novos sujeitos revolucionários” em Herbert Marcuse*. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 131-156, 2015b.

ARROYO, Miguel G. *Vidas Ameaçadas: Exigências-respostas éticas da Educação e da Docência*. Editora Vozes: Petrópolis, 2019.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. *Os três estados do Capital Cultural*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010b. pp. 71-80.

BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FIORIN, José Luiz. *Elementos da Análise do Discurso*. 5 ed. São Paulo, Contexto, 1996. _____. *Linguagem e Ideologia*. 6 ed. São Paulo, Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1986

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MANNHEIM, Karl. “*O problema da juventude na sociedade moderna*”. In: BRITO, Sulamita(org.). *Sociologia da Juventude*. V1. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MANNHEIM, Karl. “*O problema sociológico das gerações*”. In: FORACCHI, M. (org.). *Mannheim: Os Grandes Cientistas Sociais*, 25, São Paulo: Ática, 1982.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem Unidimensional*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos* 1Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. - 3.ed. - Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Tim-May-Pesquisa-Social.pdf>. Acesso em 10/12/2020.

MENDONÇA, S. G. L. *Os processos de institucionalização da sociologia no ensino médio*. In: Ileizi Fiorelli Silva; Danyelle Nilin Gonçalves. (Org.). *A sociologia na educação básica*. 1ª Ed. São Paulo: Anna Blume, 2017.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MISKOLCI, Richard. *Pânicos morais e controle social – Reflexões sobre o casamento gay*. Cadernos Pagu, (28), 2007, p. 101-128 (MORALIDADE CRISTÃ COMO MANUTENÇÃO DA ORDEM)

MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, Vitória, n. 32, 2014, p. 128-147.

NAPOLITANO, Marcos. *1864: História do Regime Militar Brasileiro*. Editora Contexto. São Paulo, 2014.

NEVES Júnior, José Wilson Assis. *A ideologia de segurança nacional no arquivo do Sistema Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985) / José Wilson Assis Neves Júnior*. Marília, 2021.

NEVES Júnior, José Wilson Assis. *O Movimento Estudantil Paranaense sob Vigilância do Serviço Nacional de Informações (1964-85)*. Revista Aurora UNESP - V. 12 N. 2. Marília, 2019.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SNI. ACT_ ACE_003_78. *Movimento estudantil - grupos e suas tendências ideológicas*. Paraná. 05 de dezembro de 1978.

SNI. ACT_ACE_281_79. *Atividades de organizações subversivas através da associação de bairros e de favelas.* Paraná. 30 de outubro de 1979.

SNI. ACT_ACE_475_80. *Proselitismo Comunista no meio estudantil secundarista.* Paraná. 20 de maio de 1980.

SNI. ACT_ACE_1314_81. *I Semana de Ciências Sociais – Londrina/ PR.* Paraná, 23 de novembro de 1978.

SNI. ACT_ACE_1536_81. *Comando de Caça aos Comunistas – CCC – Renato Bernardi – Deputado Estadual – MDB/ PR.* Paraná, 07 de agosto de 1978.

SNI. ACT_ACE_1545_81. *Atividades Subversivas – As atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela Subversão.* Sem localidade. 20 de julho de 1978

SNI. ACT_ACE_8583_90. *Infiltrações no processo subversivo.* Paraná. 15 de fevereiro de 1990.

ZORZO-VELOSO, Valdirene Filomena (org) et al. *Perspectivas investigativas no ensino de Espanhol e Ciências Sociais da UEL.* Londrina: Editora Madrepérola. 2021. ISBN 978-65-87269-33-7. 200p. (Livro impresso).